

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Director Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Directora*MARCOS SÁ CORRÊA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*RÔBERTO POMPEU DE TOLEDO — *Editor Executivo*

Mudança de Eixo

Ao liberar a conversão das contas correntes e de poupança inferiores a cinco mil cruzados novos, bem como dos recursos do FGTS e do dinheiro congelado (para os maiores de 65 anos e nos casos de doença), o governo encontrou uma providencial saída para rechaçar, com habilidade política, as propostas inflacionárias dos empresários e trabalhadores, sem interromper o entendimento nacional.

O abono de 3% em janeiro, para os salários compreendidos dentro do limite de dez mínimos, pode parecer parcimonioso e insuficiente em relação ao pleito dos empresários e sindicalistas. Mas, se for somado à liberação dos cruzados novos congelados, no volume total de 30% das contas bloqueadas no Banco Central, o número final do abono não é desprezível. Haverá, ao lado do 13º, uma razoável injeção de dinheiro na economia em dezembro e janeiro.

O governo não ficou insensível ao aperto nos orçamentos da grande maioria da população. Mas demonstrou o sentido da responsabilidade histórica do momento nacional, que exige o abate preliminar do inimigo número um — a inflação — antes de se pensar em política desenvolvimentista.

O governo preferiu assumir o ônus da impopularidade momentânea, recusando soluções fáceis, mas inflacionárias, que visavam a evitar o desaquecimento econômico, a tergiversar no combate à inflação.

A sociedade brasileira está aprendendo de forma dolorosa, através da convivência diária, que a origem da inflação é a desordem fiscal. O ano de 1990 foi interessante nesse aspecto: enquanto a União tomava providências para ampliar as suas receitas e conter os seus gastos, os estados e municípios (que contribuem com uma parcela importante do déficit público, ao lado das empresas estatais) gastaram irresponsavelmente o aumento

de caixa gerado pela conversão de cruzados novos em cruzeiros e agora estão na penúria, devendo aos empreiteiros e fornecedores, e parcelando até o 13º dos funcionários.

Os empresários haviam convencido parcelas representativas do sindicalismo a defender, ao lado deles, o retorno a medidas que só resultaram em inflação e maiores perdas para os assalariados na eterna corrida entre preços e salários. Agora, eles precisarão encontrar outros argumentos para convencer o Congresso a assumir a responsabilidade política pela adoção de medidas que significarão déficits orçamentários derivados do aumento de gastos, mas sem a cobertura de receitas.

A mudança do eixo do debate em torno do entendimento jogou nos ombros dos empresários, dos sindicalistas e sobre o Congresso a responsabilidade futura pela marcha da inflação. O atual Congresso pode aprovar uma lei salarial irresponsável antes do recesso que começa dia 15 de dezembro, mas obrigará o governo a recorrer ao veto, que é o remédio legal.

A questão seria transferida ao novo Congresso, que começa a funcionar dia primeiro de fevereiro, ao qual o Executivo propõe a antecipação da revisão da Constituição para adequar a distribuição de receita e despesa entre a União, os estados e municípios.

A expectativa do governo é de que consiga produzir fatos favoráveis à sociedade nos próximos dois meses, principalmente mediante a queda rápida dos índices de inflação. Há, porém, obstáculos no horizonte: os alimentos continuam com baixos estoques — e uma boa safra de verão só será colhida a partir de março — e os segmentos cartelizados da economia ainda resistem à concorrência de preços.

Em dois meses, há tempo suficiente para negociações.